

# Educação de adultos

O que está em cima da mesa não é um esforço de identificação e correção de problemas existentes, mas a decisão política de asfixiar e paralisar a educação de adultos e a quase totalidade dos CNO. A forma como o processo está a ser conduzido é reveladora da falta de respeito e do desprezo com que os adultos, os profissionais, as instituições e o erário público são tratados.

A ignorância e o preconceito revelados em diferentes momentos por Passos Coelho, Nuno Crato e outras personalidades da área do atual poder político face aos processos de educação e formação de adultos faziam antever dias negros. As piores expectativas têm vindo a ser confirmadas, assistindo-se hoje – pouco mais de meio ano após a tomada de posse do governo – ao desmantelamento acelerado de 40% da rede de Centros Novas Oportunidades (CNO). Efetivamente, ao encerramento de 22 centros (já previsto) juntou-se, em dezembro, a paralisação dos cerca de 50 CNO do Instituto de Emprego e Formação Profissional (com o despedimento de 214 profissionais e 800 formadores) e, em 31 de janeiro, o anúncio do fim do financiamento de mais 129, o que implica, na prática, o seu encerramento. Os restantes têm garantido o financiamento apenas até ao próximo mês de agosto.

Todo este processo foi conduzido de uma forma nada transparente, não havendo qualquer esclarecimento sobre a avalia-

ção dos CNO, que estará em curso, nem sobre as razões que presidiram às decisões recentemente tomadas. Cada centro recebeu apenas, via e-mail, uma informação lacónica e não fundamentada sobre a sua situação, não tendo sido divulgada qualquer lista oficial dos centros que deixarão de ser financiados. No entanto, o que já se conhece é revelador de uma completa ausência de critérios minimamente sustentáveis, sendo mesmo várias as regiões do país onde todos os CNO deixaram de ser financiados.

A situação criada pelo governo reveste-se de uma enorme gravidade para milhares de adultos que se encontram envolvidos em processos de reconhecimento, certificação e validação de competências e para centenas de professores e outros profissionais. Uns e outros, embora a níveis e de formas diferentes, estão claramente a ser vítimas de atitudes preconceituosas e não fundamentadas sem quaisquer análises e avaliações prévias do Programa Novas Oportunidades. Diversos estudos nacionais e internacionais, cujos resulta-

## **Teresa Medina**

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,  
Universidade do Porto

# à deriva



dos não são conformes à vontade do governo, são mesmo ignorados, deitando por terra qualquer ilusão que ainda pudesse existir sobre o verdadeiro significado dos discursos de “rigor” e “exigência” do atual ministro da Educação.

A forma como todo o processo está a ser conduzido é reveladora da falta de respeito e do desprezo com que os adultos, os profissionais, as instituições e o erário público estão a ser tratados.

Muitos adultos estão a ser atirados para uma situação de enorme instabilidade, confrontados com o encerramento do CNO onde estavam inscritos, encaminha- dos (ou não) a meio do percurso para

outro centro (que poderá também vir a encerrar), deixando de ser acompanhados pelos profissionais que já conheciam e na contingência de não concluírem o processo. Profissionais qualificados e com muita experiência no campo da educação de adultos vêm-se no desemprego ou impossibilitados de trabalhar, desbaratando-se os seus conhecimentos e a sua dinâmica. Muitas instituições – entre as quais muitas escolas públicas – com grande experiência acumulada ficam impossibilitadas de continuar a assegurar importantes respostas educativas para as quais tinham sido disponibilizados significativos meios humanos e

materiais, o que se traduz, também, num delapidar de recursos públicos.

Para perceber o que verdadeiramente está em causa, importa analisar com atenção as justificações apresentadas pelo governo para a diminuição do financiamento dos CNO, designadamente “o sobredimensionamento da rede, a escassez de recursos financeiros disponíveis e a necessidade de financiamento de outras medidas, com vista à promoção de níveis mais elevados de empregabilidade”, conjugando-as com o “objetivo estratégico de apostar fortemente na formação profissional dos jovens com vista a uma valorização real da qualificação dos portugueses” e com a anunciada transformação dos CNO em “centros nacionais para o ensino profissional”, já a partir de setembro.

A conjugação destas justificações e objetivos – colocando em alternativa a formação de adultos e a formação profissional de jovens (como se fossem inconciliáveis), assumindo esta como a que permitirá “uma valorização real da qualificação dos portugueses” – evidencia que o que está em cima da mesa não é um esforço de melhor identificação e correção de problemas existentes, que importaria realizar, mas a decisão política de asfixiar e paralisar as diversas modalidades de educação de adultos e a quase totalidade dos CNO. Uma tal orientação só é possível no quadro do desconhecimento, ou do receio, dos impactos sociais da educação de adultos e de uma conceção instrumentalizada da educação e da formação que as reduz, em grande medida, à instrução e à formação profissional, revelando total ausência (nesta como noutras áreas) de uma cultura humanista e de uma visão estratégica para o desenvolvimento do país, condenando-nos à pobreza e à dependência. 